

“Uma experiência interessante”: o Estado Novo português e o cristianismo holandês nas décadas de 1930 e 1940

TOM-ERIC KRIJGER



Centro de Ciências Religiosas (LUCSoR), Universidade de Leiden, Holanda;
Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR), Portugal

<https://orcid.org/0000-0002-9532-8337>
t.e.m.krijger@hum.leidenuniv.nl

Resumo: Em 1933, um ano após a sua tomada de posse como Presidente do Conselho de Portugal, António de Oliveira Salazar conseguiu ver aprovada uma nova Constituição, reorganizando a política, a sociedade civil e a economia portuguesas numa base corporativista. Este artigo aborda o interesse notável que o Estado Novo salazarista despertou nos círculos dos partidos políticos cristãos nos Países Baixos (Holanda) por volta de 1940. Procura-se argumentar que tal interesse teve a ver com a então segmentação institucional da sociedade holandesa, na base de diferenças políticas e religiosas, conhecida na historiografia como ‘verzuiling’ ou ‘pilarização’. Alguns intelectuais católicos defendiam que a comunidade católica holandesa não devia contentar-se com o seu próprio ‘zuil’ ou ‘pilar’, mas, pelo contrário, devia aspirar a uma reconfiguração da sociedade em conformidade com a Doutrina Social da Igreja Católica, a exemplo do Estado Novo português. Por outro lado, alguns ‘fazedores de opinião’ protestantes holandeses consideravam o Estado Novo como paradigma de um estado estruturado ‘organicamente’, exibindo uma alternativa para a segregação ‘pilarizada’ na nação holandesa, algo que eles contestavam profundamente. Além disso, os admiradores holandeses de Salazar, tanto católicos como protestantes, acreditavam que o Estado Novo se baseava em princípios que ofereciam tanto uma solução para a crise política e económica que afetava a Holanda na década de 1930, como um fundamento para a reconstrução do seu país depois da invasão alemã-nazi em 1940.

Palavras-chave: Holanda, cristianismo, Estado Novo, Salazar, corporativismo.

“An Interesting Experiment”: The Portuguese Estado Novo and Dutch Christianity in the 1930s and 1940s

Abstract: In 1933, one year after his inauguration as prime minister of Portugal, António de Oliveira Salazar managed to get a new constitution accepted, reorganising Portuguese politics, civil society, and economics on a corporatist basis. This article deals with the remarkable amount of interest that Salazar’s Estado Novo aroused in the circles of Christian political parties in the Netherlands in the late 1930s and early 1940s. My argument is that this interest had to do with the existing institutional compartmentalisation of Dutch society along politico-religious lines, known as ‘verzuiling’ or ‘pillarisation’. Some Catholic intellectuals felt that the Dutch Catholic community should not content itself with its own ‘zuil’ or ‘pillar’, but rather aspire after a reconfiguration of society in accordance with Catholic social teaching, of which the Estado Novo was an example. In Protestant circles, some considered the Estado Novo

to be a paragon of an ‘organically’ organised state, thereby offering an alternative to the ‘pillarised’ segregation of the Dutch nation that they utterly detested. In addition, both Dutch Catholic and Protestant admirers of Salazar thought that the Estado Novo was based on principles that could offer both a solution to the political and economic crisis affecting the Netherlands in the 1930s and a fundament on which to reconstruct their country after the Nazi-German invasion in 1940.

Keywords: The Netherlands, Christianity, Estado Novo, Salazar, corporatism.

1. Portugal, um país-modelo para os holandeses?

Em 1883, o jornalista português Ramalho Ortigão (1836-1915) visitou a Holanda¹. O livro que ele escreveu sobre a sua visita pode ler-se, segundo a sobrecapa de trás da sua edição holandesa, como uma verdadeira “declaração de amor [...]”. A seu ver, a Holanda é o modelo pelo qual Portugal tem que se orientar numa tentativa de igualar o nível de prosperidade [e] desenvolvimento intelectual [dos holandeses]². Ortigão atribuía a aparência paradisíaca da Holanda ao carácter nacional protestante do povo holandês, que contrastava completamente com a “decadência geral dos povos católicos”³. Escrevendo sobre a sua visita a Lisboa em 1906, o teólogo calvinista e antigo primeiro-ministro holandês Abraham Kuyper (1837-1920) concordou com esta última observação de Ortigão. Se bem que ele caracterizasse os portugueses como um “povo tranquilo, laborioso, sóbrio, bonacheirão e amigável”,⁴ Kuyper sentia-se horrorizado pela “apatia” ou mesmo “letargia” a respeito da vida política que havia observado entre os portugueses. Por seu turno, os políticos portugueses comportavam-se como uma “camarilha”, dando mostras de “arbitrio e egoísmo”⁵. Embora a Holanda fosse um país-modelo para os portugueses da perspetiva do próprio Ortigão, Portugal era tudo menos isso para os holandeses aos olhos de Kuyper.

No entanto, três décadas depois, Portugal foi seriamente considerado como um país-modelo em alguns setores do mundo político holandês. Responsável por isso foi a reforma da sociedade, economia e organização política em Portugal que o

1 Este artigo é uma adaptação de uma comunicação no Seminário de História Religiosa Contemporânea do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa a 13 de maio de 2019. Sobre o tema deste artigo já se encontra publicado em: Tom-Eric Krijger – Het corporatieve Portugal als lichtend voorbeeld?. Nederlandse protestantse stemmen over de grondvesting van de “Estado Novo” van António de Oliveira Salazar. *Historisch Tijdschrift Groniek*. 201 (2015) 451-468. Agradecimentos à Doutora Joana Serrado (primeira versão do artigo) e ao Dr. Timóteo Cavaco (segunda versão) pelos conselhos e correções linguísticas e aos revisores anónimos pelas suas sugestões. Todas as traduções de holandês para português são do autor.

2 Marcus de Jong – Voorbericht van de vertaler. In Ramalho Ortigão – *Holland 1883*. Amsterdão: Jacob van Kampen, 1948, p. 9.

3 Ramalho Ortigão – *A Holanda*. 3ª ed. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1987, p. 237.

4 Abraham Kuyper – *Om de Oude Wereldzee*, vol 2. Amsterdão: Van Holkema & Warendorf, 1908, p. 501.

5 *Ibid.*, p. 475.

Presidente do Conselho António de Oliveira Salazar (1889-1970) conseguira realizar, baseada em princípios corporativos, a partir de 1933. O ‘Estado Novo’ que ele construíra teve como fundamento uma pluralidade de grupos de interesse sociais, económicos e culturais, as chamadas ‘corporações’, que, segundo Salazar e seus congêneres, desenvolviam-se ‘organicamente’ em Portugal. Todas as corporações obtiveram uma representação na Câmara Corporativa, criada, pelo menos teoricamente, para dar conselhos ao corpo legislativo do Estado, a Assembleia Nacional. O sistema eleitoral funcionou de tal maneira que só a União Nacional, o movimento político único criado pelos salazaristas para envolver todo o povo português, estava representada no parlamento. Ainda que a Igreja Católica não fosse a igreja ‘oficial’ do Estado Novo, o Governo salazarista considerou o catolicismo como parte integrante da identidade portuguesa, mesmo como ‘agente de ligação’ ideológico entre todas as várias corporações, por isso assegurando à Igreja Católica uma imensa visibilidade e influência na sociedade portuguesa, e favorecendo a ética católica⁶.

Posto isso, não é surpresa que o corporativismo salazarista despertasse o interesse do partido fascista ou nacional-socialista holandês. Com efeito, a maioria dos fascistas na Holanda, assim como em outros países, preferiu uma organização de Estado baseada nas linhas corporativistas, controlada por um partido único fascista e governada por um líder autoritário⁷. Apesar de os fascistas holandeses se terem orientado mais para o corporativismo secular do *Duce* italiano Benito Mussolini (1883-1945), não deixavam de ter uma grande admiração por Salazar. Por exemplo, no jornal do *Nationaal-Socialistische Beweging* (Movimento Nacional-Socialista), o *Volk en Vaderland* (*Povo e Pátria*), Salazar era retratado em meados dos anos 1930 como “o pai rígido, devoto, compassivo e honesto do povo português”, até um “sábio”, que fez um “milagre incompreensível” por melhorar as condições espirituais e materiais dos portugueses “de uma maneira surpreendente”, reestruturando as finanças estatais e tendo extinguido o comunismo. Por isso, segundo este jornal, os holandeses poderiam tomar Portugal como exemplo⁸.

6 O sistema político do Estado Novo é explicado em, por exemplo: Manuel Braga da Cruz – *O Partido e o Estado no salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988; Manuel Braga da Cruz – *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Bizâncio, 1998; António de Araújo – *A Lei de Salazar. Estudo sobre a Constituição Política de 1933*. Coimbra: Tenacitas, 2004; Nuno Estevão Ferreira – *A Câmara Corporativa no Estado Novo. Composição, funcionamento e influência*. Lisboa, 2009 (tese de doutoramento apresentada ao ICS da UL).

7 Ronald Havenaar – *De NSB tussen nationalisme en “volkse” solidariteit. De vooroorlogse ideologie van de Nationaal-Socialistische Beweging in Nederland*. Haia: Staatsuitgeverij, 1983, pp. 38-41.

8 Por exemplo: De corporatieve republiek Portugal. In *Volk en Vaderland. Weekblad der Nationaal-Socialistische Beweging in Nederland*, 16 de junho de 1934, p. 9; Lissabon en Napels. In *Ibid.*, 25 de maio de 1935, p. 6; Portugal. Buiten bereik van Moskou. In *Ibid.*, 2 de outubro de 1936, p. 5. Em geral, os fascistas holandeses radicalizaram-se no decorrer dos anos 1930 e tenderam mais para o “fascismo plebeu” dos nacional-socialistas alemães do que para o “fascismo conservador” como o do Estado Novo português. Por consequência, orientavam-se mais ao nacional-socialismo no seu país vizinho do que ao autoritarismo de direita no Portugal salazarista. Cf. Fernando Rosas – *Salazar e os fascismos. Ensaio breve de história comparada*. Lisboa: Tinta-da-China, 2019.

Palavras semelhantes foram usadas nos jornais católicos holandeses: apareceram neles artigos acerca do “milagre português”, conseguido por um “católico militante e fervoroso” cuja “nova ordem civil” dava “um exemplo” à Holanda⁹. Visto que uma organização da economia e sociedade nas linhas corporativistas, regulada por valores católicos, era promovida na encíclica *Quadragesimo Anno*, promulgada pelo papa Pio XI (1857-1939) em 1931, não é surpresa que Salazar tivesse sido aceite também entre católicos holandeses. Um deles, o jurisperito Edward Brongersma (1911-1998), destacou-se como um verdadeiro promotor do Estado Novo português. Exemplo ilustrativo do interesse pelo corporativismo salazarista nos círculos católicos holandeses é, posteriormente, nas palavras de um observador, que provavelmente não haja nenhuma tese de doutoramento holandesa que tinha sido reimprimida tantas vezes como a tese sobre o modelo corporativo português com a qual Brongersma se doutorara na Universidade Católica de Nimega em 1940¹⁰. Qual o fundamento que levava os católicos holandeses como Brongersma a popularizar o corporativismo salazarista na Holanda?

O que é mais surpreendente, à primeira vista, é que o Estado Novo foi descrito na Holanda como um modelo não só entre fascistas e católicos, mas também entre alguns protestantes. Porque é que estes últimos mostraram interesse por um governante católico português e pela sua doutrina estatal inspirada na ética social católica?

Para responder a estas duas perguntas, este artigo oferece uma explicação a partir da observação casual do historiador holandês Hans Schippers que defende haver maior interesse pelo Estado Novo na Holanda do que noutros países no noroeste da Europa¹¹. Segue primeiramente uma descrição sumária do contexto religioso, político e social holandês nos anos 1930. Depois, discute-se as reflexões sobre o corporativismo salazarista publicadas nos círculos cristãos holandeses desde a fundação do Estado Novo em Portugal em 1933 até ao fim dos anos 1940, quando a agricultura e indústria holandesas estavam a ser reorganizadas segundo princípios ‘neocorporativistas’, resultando numa estrutura económica em que empregadores,

9 Por exemplo: Het Portugeesche mirakel. In *De Tijd*, 20 de fevereiro de 1935, p. 2; Een corporatief voorbeeld. In *Ibid.*, 14 e 16 de março de 1936, p. 1; Voorgeschiedenis van het corporatieve Portugal. In *Ibid.*, 10 de dezembro de 1938, p. 2; De corporatieve staat in Portugal. In *Ibid.*, 13 de novembro de 1940, p. 1; Dr. Salazar’s voorbeeld. In *Ibid.*, 10 de dezembro de 1940, p. 1; Kerk en staat in Portugal. In *Nieuwe Tilburgsche Courant*, 16 de julho de 1938, p. 14; Een voorbeeld in Portugal. In *Ibid.*, 24 de setembro de 1940, p. 1; Lessen uit Portugal. In *Ibid.*, 21 de outubro de 1940, p. 1; Portugeesche lessen. In *Noordbrabantsch Dagblad Het Huisgezin*, 11 de outubro de 1940, p. 5.

10 Jan Bank – Commentaar. Portugal. *Transaktie. Publikatie van het Polemologisch Instituut van de Rijksuniversiteit Groningen* 4.7 (1975) 232.

11 Sem fazer uma interpretação, Schippers escreve: “Por causa de uma barreira linguística, entre outras coisas, a influência do sistema [corporativista] português foi menor no noroeste da Europa [que na Europa romana]. [...] Uma exceção foi a Holanda, onde a publicação da tese de doutoramento de Brongersma [...] no outono de 1940 atraiu uma grande atenção.” Hans Schippers – *Zwart en Nationaal Front. Latijns georiënteerd rechts-radicalisme in Nederland (1922-1946)*. Amsterdão: Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis, 1986, pp. 26; 401.

assalariados e Governo deliberavam em pé de igualdade¹². Este artigo termina com uma interpretação dessas mesmas reflexões.

2. Holanda nos anos 1930

Pela primeira vez desde a Reforma Protestante e da independência holandesa de Espanha, proclamada em 1581, a Igreja Católica Romana tornou-se a maior denominação eclesiástica na Holanda durante os anos 1920, conseguindo quase 2,9 milhões de aderentes e, portanto, abrangendo 36,4% da população holandesa, segundo o censo nacional de 1930¹³. Este foi o auge de um processo de emancipação da comunidade católica holandesa iniciada na segunda metade do século XIX. Ainda que esta comunidade nunca tivesse constituído menos que um terço da população holandesa, os católicos encontravam-se numa posição subordinada, a maioria deles habitando nas províncias periféricas meridionais da Holanda (conhecidas no vocabulário protestante holandês como ‘a pequena Espanha’)¹⁴ e sendo excluídos da vida intelectual, política e cultural holandesa. Os últimos entraves legais à visibilidade e florescimento social da Igreja Católica na Holanda foram eliminados apenas em 1848, quando uma nova constituição liberal possibilitou a restauração da hierarquia episcopal católica, que tinha sido suprimida no fim do século XVI, facilitando a fundação de associações voluntárias de inspiração religiosa¹⁵. Desde então, para transformar a sua força numérica em influência social e poder político, a comunidade católica holandesa, estimulada por uma militância ‘ultramontanista’ contra a modernidade que se manifestou ao mesmo tempo na Igreja Católica, criou as suas próprias escolas, meios de comunicação de massa, associações agrícolas e industriais, associações desportivas e mesmo *geitenfokverenigingen* (associações de criação caprina). Todas as organizações católicas na sociedade civil holandesa foram etiquetadas coletivamente como um ‘pilar’ ou *zuil* em holandês, o que se constituiu como uma subcultura institucionalizada até os anos 1970¹⁶. O núcleo desse pilar foi o *Rooms-Katholieke Staatspartij* (Partido Político Católico Romano), criado em

12 Foram publicadas reflexões sobre o Estado Novo fora dos círculos cristãos holandeses, entre os liberais e social-democratas, também. Exemplos são: Portugal als symptoom. In *Het Vaderland. Staat- en letterkundig nieuwsblad*, 7 de outubro de 1940, p. 1; Bestuurders en bestuurden. In *Algemeen Handelsblad*, 19 de dezembro de 1940, p. 2; Socialisme en Salazar. In *Het Volk. Dagblad voor de arbeiderspartij*, 21 de dezembro de 1940, p. 2.

13 Hans Knippenberg – *De religieuze kaart van Nederland. Omvang en geografische spreiding van de godsdienstige gezindten vanaf de Reformatie tot heden*. Assen: Van Gorcum, 1992, p. 273.

14 Pieter de Coninck – *Een les uit Pruisen. Nederland en de Kulturkampf, 1870-1880*. Hilversum: Verloren, 2005, p. 201.

15 J.A. Bornewasser, Gerard Brom, L.J. Rogier – *De emancipatie van de katholieken*. In *Emancipatie in Nederland. De ontvoogding van burgerij en confessionelen in de negentiende eeuw*. Dir. Johan Boogman; Coenraad Tamse. Haia: Martinus Nijhoff, 1978, pp. 183-220.

16 Hans Righart – *De katholieke zuil in Europa. Een vergelijkend onderzoek naar het ontstaan van verzuiling onder katholieken in Oostenrijk, Zwitserland, België en Nederland*. Meppel: Boom, 1986, pp. 189-253.

1904, que, graças à pressão imensa exercida pelos bispos e pelos párocos, recebeu os votos de quase todos os eleitores católicos holandeses¹⁷. A emancipação católica foi mais ou menos finalizada em 1918, quando a Holanda, após as primeiras eleições legislativas através de sufrágio universal,¹⁸ acolheu pela primeira vez na sua história parlamentar um primeiro-ministro católico¹⁹. No período entreguerras, quase 30% dos eleitores holandeses votaram no Partido Político Católico Romano.

No censo de 1920, a maior igreja na Holanda ainda era a Igreja Reformada Holandesa. Tendo esta denominação sido privilegiada na Holanda entre 1581 e 1848, tinha pouco menos de 2,7 milhões de membros, correspondendo a 34,4% da população, em 1930²⁰. Desde o início do século XIX, houve intensas discussões teológicas e eclesiológicas na Igreja Reformada, provocadas pelos desenvolvimentos nos estudos científicos da Bíblia e pela perda da posição privilegiada desta Igreja na sociedade holandesa. Por volta de 1930, podiam distinguir-se quatro grupos organizados dentro desta Igreja. O grupo menos dogmático era constituído pelos *vrijzinnigen* (liberais), que negavam tanto a historicidade da Bíblia como a herança calvinista da Igreja Reformada. Queriam torná-la numa Igreja latitudinária, na esperança de que uma tal Igreja, por não ter credos dogmáticos, pudesse incorporar todo o povo holandês. Excepto uma minoria destes que simpatizava com o partido social-democrata, em geral os reformados liberais manifestavam a sua preferência pelos partidos políticos liberais²¹.

O segundo grupo era os *ethischen* (reformados éticos), que aceitavam que nem todas as narrações bíblicas tinham que ser interpretadas literalmente, mas acreditavam na historicidade do Evangelho. Os seus votos foram divididos entre os partidos políticos liberais e um partido político protestante que se chamou a *Christelijk-Historische Unie* (União Cristã Histórica)²². A base eleitoral deste partido correspondeu, nos anos 1930, a 8% de todo o eleitorado.

Mais dogmáticos eram ainda os reformados unidos na *Confessionele Vereniging* (Associação Confessional). Segundo estes, a Igreja Reformada não deveria ter

17 Martin Conway – The Christian Churches and Politics in Europe, 1914-1939. In *The Cambridge History of Christianity*. Dir. Hugh McLeod. vol. 9. *World Christianities, c. 1914-c. 2000*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 151-178, p. 160. O nome 'Partido Político Católico Romano' foi adotado apenas em 1926.

18 Em 1917, entraram em vigor o sufrágio ativo e passivo universal para os homens holandeses e o sufrágio passivo universal para as mulheres holandesas. Estas últimas acederam ao sufrágio ativo em 1919.

19 J.A.H. Verhagen – *De totstandkoming van het eerste ministerie Ruijs de Beerenbrouck*. 's-Hertogenbosch: Malmberg, 1952, p. 2.

20 Knippenberg – *De religieuze kaart*, p. 268.

21 A história dos protestantes liberais na Holanda é interpretada em: Tom-Eric Krijger – *The Eclipse of Liberal Protestantism in the Netherlands. Religious, Social, and International Perspectives on the Dutch Modernist Movement (1870-1940)*. Leiden / Boston: Brill, 2019. Na década de 1930, os partidos liberais e o partido social-democrata receberam, em média, respetivamente 11% e um pouco menos que 22% dos votos.

22 J.J.P. Valetón jr. – *De ethische richting*. Baarn: Hollandia, 1909, p. 39; Rob van der Laarse – *Bevoogding en bevinding. Heren en kerkvolk in een Hollandse provincie stad, Woerden 1780-1930*. Haia: Stichting Hollandse Historische Reeks, 1989, p. 295.

membros que não quisessem subscrever as chamadas ‘Três Formas de Unidade’, as confissões da fé calvinista observadas na Igreja Reformada antes do século XIX, e deveria exercer novamente uma influência dominante, cultural e até mesmo política, em toda a sociedade holandesa. Os reformados confessionais simpatizavam tanto com a União Cristã Histórica como com o *Hervormde (Gereformeerde) Staatspartij* (Partido Político Reformado [Calvinista]), um partido exclusivamente ligado à sua Associação Confessional e preferido, no máximo, por 1% dos eleitores holandeses²³.

O último grupo existente na Igreja Reformada nos anos 1930 unira-se à *Gereformeerde Bond* (União Reformada). Os seus simpatizantes concordavam com os reformados confessionais em termos dogmáticos, mas a maioria destes aceitou a separação entre a Igreja Reformada e o Estado holandês, ao contrário dos reformados confessionais. Essa maioria estava entre os aderentes do *Anti-Revolutionaire Partij* (Partido Antirrevolucionário), um partido que perseguia uma revitalização da influência do calvinismo doutrinal na Holanda não por meio de privilégios eclesiais, mas por meio de associações voluntárias exclusivamente calvinistas na sociedade civil²⁴. Durante as eleições legislativas na década de 1930, este partido recebeu, em média, 15% dos votos²⁵.

A Igreja Reformada teve que ceder a sua posição como a maior denominação holandesa à Igreja Católica no decorrer dos anos 1920 devido a um declínio percentual no total da população que já tinha começado no século XIX. Ao seu flanco liberal foi acrescentado um enorme número de membros que abjuravam do cristianismo²⁶. No que respeita ao seu flanco doutrinal, este foi confrontado com dois movimentos separatistas, a *Afscheiding* (Separação) em 1834 e a *Doleantie* (Lamentação) em 1886. A maioria das congregações nascidas da Separação de 1834 e todas as congregações fundadas após a Lamentação de 1886 uniram-se nas *Gereformeerde Kerken in Nederland* (Igrejas Reformadas na Holanda, conhecidas também como Igrejas Neocalvinistas) em 1892²⁷. Mais de 638 000 holandeses, cerca de 8% da

23 Wim Fieret – “Lingbeek- en Kerstenzweepen achter den rug”. De Staatkundig Gereformeerde Partij en de Hervormde (Gereformeerde) Staatspartij tijdens het interbellum. In *Een land nog niet in kaart gebracht. Aspecten van het protestants-christelijk leven in Nederland in de jaren 1880-1940*. Dir. Jan de Bruijn. Franeker: Wever, 1987, pp. 71-89, p. 87; Rolf Schuurisma – *Jaren van opgang. Nederland 1900-1930*. Amsterdão: Balans, p. 115; Joris van Eijnatten, Fred van Lieburg – *Nederlandse religiegeschiedenis*. Hilversum: Verloren, 2005, pp. 286-287.

24 Wim Fieret – De verhouding tussen de ARP en de SGP tijdens het interbellum. In *De Antirevolutionaire Partij 1829-1980*. Dir. George Harinck; Roel Kuiper; Peter Bak. Hilversum: Verloren, 2001, pp. 157-170, pp. 163-165; Fred van Lieburg – Staatkundig gereformeerd verleden. Ontstaan en overleven van een protestpartij. In Hans Vollaard, Gerrit Voerman (dir.) – *Mannen van Gods Woord. De Staatkundig Gereformeerde Partij 1918-2018*. Hilversum: Verloren, 2018, pp. 19-46, p. 39.

25 As percentagens eleitorais do Partido Político Católico Romano e dos partidos protestantes são retiradas de: Ruud Koole – *Politieke partijen in Nederland. Ontstaan en ontwikkeling van partijen en partijstelsel*. Utreque: Het Spectrum, 1995, p. 39.

26 Heije Faber et al. – *Ontkerkelijking en buitenkerkelijkheid in Nederland, tot 1960*. Assen: Van Gorcum, 1970, p. 30.

27 H.C. Endedijk – *De Gereformeerde Kerken in Nederland*. Kampen: Kok, 2002, pp. 16-19.

população total, eram membros dessa denominação em 1930²⁸. Assim como a comunidade católica, a comunidade neocalvinista cresceu constantemente por causa de um índice de natalidade relativamente alto e teve o seu ‘pilar’ próprio, cujo ‘arquiteto’ foi Abraham Kuyper, até aos anos 1970. Os neocalvinistas prevaleceram no Partido Antirrevolucionário supramencionado, que indicou o primeiro-ministro holandês, na pessoa de Hendrikus Colijn (1869-1944), entre 1925 e 1926 e mais uma vez entre 1933 e 1939, quer dizer até um ano antes da ocupação alemã nazi da Holanda. Além disso, Colijn ocupou formalmente o posto de editor-chefe do jornal antirrevolucionário *De Standaard* (*O Padrão*) entre 1922 e 1941²⁹.

Colijn foi primeiro-ministro numa época instável. Como noutros países do mundo ocidental, a Holanda foi confrontada com uma grave crise económica desencadeada pela queda da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929. A conjuntura desfavorável em que essa crise se manifestou, intensificou o descontentamento acerca da política holandesa. No início do século XX, os encargos socioeconómicos e socioculturais do Governo holandês aumentaram enormemente, resultando numa expansão da burocracia. Todavia, a execução pelo Governo e o controlo pelo parlamento desses encargos tornaram-se mais difíceis. O sufrágio universal que tinha sido introduzido faseadamente na Holanda entre 1917 e 1919 resultou numa fragmentação de bancadas e em mais discussões no parlamento. Por consequência, assumir compromissos tornava-se mais necessário, mas, paradoxalmente, mais complicado ao mesmo tempo. Tudo isso reforçou a sensação de que a distância entre o Estado e a sociedade era grande demais e que a situação política impedia a procura de uma solução para a crise económica. Em 1968, o sociólogo holandês Anton de Jonge falou a este respeito de uma verdadeira ‘crise de democracia’ nos anos 1930, na Holanda, e mesmo na Europa inteira – ou antes, *duas* crises de democracia: uma pequena e uma grande. A pequena crise de democracia consistia na insatisfação com o *funcionamento* dos órgãos do Estado. A grande crise de democracia referia-se a uma recusa fundamental do *sistema* de parlamentarismo como tal³⁰. Neste ambiente de crise, Portugal pareceu um oásis de estabilidade: após muitas remodelações ministeriais durante a Primeira República portuguesa, o Governo salazarista conseguia pôr ordem no caos político e nas finanças públicas. Isso despertou o interesse pelo Estado Novo na Holanda, também nos círculos dos partidos políticos cristãos supramencionados.

28 Knippenberg – *De religieuze kaart*, p. 267.

29 Herman Langeveld – *Hendrikus Colijn, 1869-1944*, vol. 1, *1869-1933: Dit leven van krachtig handelen*. Amsterdão: Balans, 1998, p. 291.

30 A.A. de Jonge – *Crisis en critiek der democratie. Anti-democratische stromingen en de daarin levende denkbeelden over de staat in Nederland tussen de wereldoorlogen*. Assen: Van Gorcum, 1968, pp. 6-10.

3. O Estado Novo e o catolicismo holandês

Nos círculos católicos, ideias que aludiam ao corporativismo tinham nascido já em meados do século XIX, como resposta à Revolução Industrial e à transformação de uma sociedade estratificada numa sociedade de classes que a acompanhava³¹. Na base dessas ideias, incorporadas nas encíclicas papais *Rerum Novarum* de 1891 e *Quadragesimo Anno* de 1931, havia a convicção de que o capitalismo, o seu princípio de competição económica desenfreada e o pauperismo entre os operários industriais resultando dessa competição teriam rompido a harmonia ‘orgânica’ criada por Deus na sociedade humana. Em vez de restabelecer essa harmonia, o socialismo, que se apresentava como uma alternativa ao capitalismo, intensificara a desordem na sociedade por tentar desencadear uma luta de classes socioeconómicas. Rejeitando consequencialmente tanto o socialismo como o capitalismo, a ética social católica fundada nas encíclicas supramencionadas propôs um meio-termo entre o individualismo capitalista e o coletivismo socialista, inspirado pelas guildas medievais e modernas³². Realizar este meio-termo constituiu a grande urgência na década de 1930: a grave crise económica internacional manifestava a falência do capitalismo e poderia tornar mais e mais pessoas suscetíveis ao socialismo. Como as encíclicas instruíam, empregadores e assalariados não deveriam perseguir os interesses das suas próprias classes, mas sim reunir-se num órgão de cooperação, numa ‘corporação’, em todos os sectores agrícolas e económicos, para resolverem problemas e tomarem decisões consensuais. O Estado tinha que facilitar as deliberações nas corporações, mas as encíclicas não se pronunciavam inequivocamente acerca da maneira em que o mesmo Estado devia executar essa sua responsabilidade³³.

Num artigo publicado em 1941, o economista católico holandês Toon Sevens (1919-1998) felicitou Salazar pelo seu “trabalho magnífico”, sendo que a reorganização da economia portuguesa estava de acordo com a ética social católica. Por isso, era a sua “firme opinião que o que está a ser realizado em Portugal merece a nossa apreciação particular, precisamente porque, como católico e economista, podemos conciliar-nos com o grande princípio condutor do sistema [corporativista]”³⁴. Sevens definiu esse princípio como a promoção e a defesa do bem comum do ‘organismo’ que é a Nação, por garantir a prosperidade das entidades orgânicas nela

31 H.F.J.M. van den Eerenbeemt – *Tussen Scylla en Charibdis koersend naar een organische maatschappijleer. Ideeën in katholieke kring over corporatieve ordening vóór “Rerum Novarum”*. 's-Hertogenbosch: Malmberg, 1968, pp. 3-7.

32 Michael J. Shuck – *That They Be One. The Social Teaching of the Papal Encyclicals, 1740-1989*. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1991, pp. 45-115.

33 John Pollard – *Corporatism and Political Catholicism. The Impact of Catholic Corporatism in Inter-War Europe*. In *Corporatism and Fascism. The Corporatist Wave in Europe*. Dir. António Costa Pinto. Londres / Nova Iorque: Routledge, 2017, pp. 42-59.

34 A.A. Sevens – *Economische problemen en hunne oplossingen in de corporatieve maatschappij van Portugal. Maandschrift Economie. Tijdschrift voor algemeen economische, bedrijfs-economische en sociale vraagstukken*. 6:5 (1941) 197-215, p. 215.

existentes. O bem comum tem que ser defendido, mas não decidido pelo Estado; o que é o bem comum é determinado pela “moralidade e justiça enraizadas no direito natural no sentido cristão”, por cujos princípios o Estado Novo deixou-se guiar segundo Salazar. Por conseguinte, Sevens acreditou que o Presidente do Conselho português e o seu Governo não quiseram impôr-se à vida económica, mas que tiveram a intenção de propagar um “espírito corporativista” no povo português para se formarem as corporações de baixo para cima (na própria sociedade) e não de cima para baixo (imposto pelo Governo)³⁵. O Estado interviria na economia apenas se o bem comum corresse perigo. Por tudo isso, Sevens acentuou, o corporativismo salazarista distinguiu-se do fascismo³⁶.

No seu artigo, Sevens ocupou-se só do lado económico da implantação do corporativismo em Portugal. Uma exposição exaustiva das reformas corporativistas também na vida social e política portuguesa foi apresentada na tese de doutoramento de Edward Brongersma, referida acima. Por volta de 1940, Brongersma não era a única pessoa dentro do Partido Político Católico Romano holandês que propagava ideias corporativistas – ao mesmo tempo, por exemplo, o político Carl Romme (1896-1980), que se tornaria líder do Partido Político Católico Romano após 1945, refletiu sobre uma aplicação dos princípios corporativistas na Holanda³⁷ –, mas não houve ninguém que incitasse os seus correligionários a orientar-se particularmente pelo Estado Novo tanto quanto Brongersma, que repetiu essa mensagem em inúmeras palestras e publicações³⁸. A sua tese de doutoramento, com quase 600 páginas, teve nada menos que duas reimpressões em apenas dois anos³⁹. Brongersma aludiu à ocupação da Holanda pela Alemanha nacional-socialista, desde maio de 1940, para explicar o interesse pela sua tese. “Não é o caso”, escreveu sob a forma de pergunta retórica no prólogo da segunda edição, “que [nós, holandeses,] estamos a procurar os componentes para a reconstrução da nossa própria pátria e que achamos que podemos aprender algo do restabelecimento de um pequeno povo independente, que é, apesar de muitas diferenças, parecido connosco em outros aspectos?”⁴⁰. Em retrospectiva, um historiador observou que “não houve nenhuma distância mental entre as opiniões e intenções [do ditador português] e as

35 *Ibid.*, pp. 200-204.

36 *Ibid.*, p. 208.

37 J. Bosmans – *Romme. Biografie 1896-1946*. Utreque: Het Spectrum, 1991, pp. 225-254, 370-384, 403-417.

38 Robin de Bruin – *Projector or Projection Screen? The Portuguese Estado Novo and “Renewal” in the Netherlands (1933-1946)*. In *European Encounters. Intellectual Exchange and the Rethinking of Europe 1914-1945*. Dir. Carlos Reijnen; Marleen Rensen. Amesterdão / Nova Iorque: Rodopi, 2014, pp. 87-100, p. 91.

39 Brongersma já tinha explicado as linhas gerais da sua tese em: Edward Brongersma – *Portugal als corporatieve staat. Studien. Godsdiens, wetenschap, letteren* 130 (1938) 521-529; 131 (1939) 12-21, 108-116, 226-235.

40 Edward Brongersma – *De opbouw van een corporatieve staat. Het nieuwe Portugal*. 3ª ed. Utreque: Het Spectrum, 1942, p. x.

do autor. Brongersma identificou-se completamente com [Salazar]⁴¹. É por isso que a sua tese continha uma apreciação do então embaixador português na Holanda, Francisco dos Santos Tavares (1876-1943), caracterizando o Estado Novo como “um oásis de beleza, ordem e tranquilidade na velha Europa agitada”⁴².

Se bem que ele estivesse convencido de que outros povos para além dos portugueses tivessem que adotar os princípios salazaristas para ficarem felizes, Brongersma negava que eles deviam copiar a forma como esses princípios eram realizados em Portugal. Considerou o Estado Novo “uma aplicação da teoria social e política católica, ou, formulado mais corretamente, [da teoria social e política] racional”, mas isso não queria dizer que ele achava que “essa aplicação é perfeita em todos os aspectos, nem a única aplicação possível”⁴³. Brongersma não ficou cativado, por exemplo, com o carácter “ditatorial” – a palavra é a sua – que o Estado Novo tinha tido até então. No entanto, ele confiava na opinião de Salazar que a democracia liberal terminaria no comunismo em Portugal; os portugueses, pelo menos temporariamente, precisavam de um regime ditatorial⁴⁴.

Além disso, Brongersma acreditava que Salazar aceitava ‘de mau grado’ o seu poder autoritário, demonstrado por algumas ‘garantias’ incorporadas na organização do Estado Novo. A mesma afirmação foi feita noutras publicações, por exemplo numa brochura da *Sint Adelbertsvereniging* (Associação Santo Adalberto), um grémio de intelectuais católicos holandeses, e um folheto publicado sob pseudónimo em 1938⁴⁵. Ao lado do direito natural e da ética cristã que o Governo português não quis violar, o corporativismo salazarista também se distinguiu dos fascismos italiano e alemão por essas mesmas ‘garantias’⁴⁶. Por exemplo, o povo português tinha o direito de eleger o chefe de Estado, tendo deste modo um meio para exprimir a sua eventual condenação do Governo que este tinha instalado⁴⁷. Em seguida, à Assembleia Nacional foram dados meios para controlar o Governo, iniciativa legislativa e direito de expressar desaprovação⁴⁸. Aliás, Salazar tinha garantido nos seus discursos que rejeitava, por uma questão de princípio, o estatismo. Na sua doutrina política, o Estado é nada mais do que a forma de vida do organismo que é a

41 Paul Luykx – “Daar is nog poëzie, nog kleur, nog warmte”. *Katholieke bekeerlingen en moderniteit in Nederland, 1880-1960*. Hilversum: Verloren, 2007, p. 212.

42 Francisco dos Santos Tavares – Voorwoord van Zijne Excellentie F. dos Santos Tavares, buitengewoon gezant en gevolmachtigd minister van Portugal te 's-Gravenhage. In Brongersma – *De opbouw van een corporatieve staat*, pp. vii-viii, p. viii.

43 Brongersma – *De opbouw van een corporatieve staat*, p. 426.

44 *Ibid.*, p. 35.

45 O folheto foi assinado por ‘Nico’. O seu conteúdo sugere que o autor era um belga neerlandófono.

46 Brongersma – *De opbouw van een corporatieve staat*, pp. 323-330; Salazar en zijn werk. *De corporatieve staat in Portugal*. Haia: Sint Adelberts-Vereeniging, [1940], pp. 14-15; Nico – *De dictatuur van Portugal, of: Over Salazar*. S.l., 1938, pp. 38-39.

47 Brongersma – *De opbouw van een corporatieve staat*, p. 47; Salazar en zijn werk, p. 6.

48 Brongersma – *De opbouw van een corporatieve staat*, p. 110.

Nação. Para sanear e fortalecer essa forma de vida, era preciso que a Nação se integrasse no Estado. A Nação realizava-o por meio das três formas comunitárias nela existentes: a família, os grupos de interesse profissionais (organizados como corporações) e as entidades administrativas (as freguesias, os municípios e as províncias). O Estado salvaguardava que todos os membros da Nação pudessem alcançar o seu destino divino através das formas comunitárias em que tinham sido incorporados, mas nem as famílias nem as corporações nem as comunidades locais tinham que ser órgãos do Estado⁴⁹. A intromissão do Estado na sociedade era forte nesta época, precisamente para pôr em marcha o desenvolvimento da organização corporativista de Portugal, mas a intenção era que a Câmara Corporativa, em última instância, se encarregasse de muitas das responsabilidades estatais, não funcionando apenas como um corpo consultivo⁵⁰.

Os escritores católicos holandeses não duvidaram que o carácter autoritário do Estado Novo fosse passageiro, uma mera fase de transição entre o caos da Primeira República e uma nação impregnada de um espírito corporativista. Com efeito, Salazar assegurava que o ‘país legal’, formado pela Assembleia Nacional, Câmara Corporativa e Governo, existia somente em benefício do ‘país real’, que era a Nação nas suas três formas comunitárias, e não o contrário⁵¹. Ele não tinha em vista uma divinização do Estado Novo, como foi o caso da Itália fascista e da Alemanha nacional-socialista. Além do mais, nas palavras de Brongersma, o Estado Novo nasceu de uma “guerra religiosa” contra o totalitarismo na sua forma fascista assim como bolchevista⁵². Por consequência, Salazar também não aspirava a uma idolatria de chefe de Governo do Estado. Brongersma e os autores das duas brochuras antes mencionadas acreditavam que estava implícita na personalidade de Salazar uma última ‘garantia’ contra o absolutismo do Estado: contrariamente a Benito Mussolini, Adolf Hitler e Josef Stalin, Salazar foi modesto, austero, até mesmo fleumático⁵³.

Outros escritores católicos apresentavam uma imagem similar do Presidente do Conselho português. No seu livro *Het land van Salazar (O país de Salazar)*, o jornalista Lambertus van den Berk (1918-1966) pintou “o Salvador” de Portugal como uma pessoa de origem muito humilde, que desejava o melhor para os seus compatriotas⁵⁴. Salazar queria protegê-los contra o socialismo e o liberalismo que tinham “corrompido politicamente e diminuído espiritualmente” o povo português

49 *Ibid.*, pp. 148-152; *Salazar en zijn werk*, pp. 6, 14.

50 Brongersma – *De opbouw van een corporatieve staat*, pp. 113-120.

51 Edward Brongersma – Ter inleiding. In António de Oliveira Salazar – *Corporatief Portugal. Een bloemlezing uit zijn redevoeringen*. Hilversum: Paul Brand, 1941, pp. 20-22; *Salazar en zijn werk*, pp. 5-6, 10.

52 Brongersma – *De opbouw van een corporatieve staat*, pp. 329-330.

53 *Ibid.*, pp. 36-37, 135; Brongersma – Ter inleiding, pp. 8-9, 22; *Salazar en zijn werk*, pp. 4-5; Nico – *De dictatuur van Portugal*, p. 43.

54 L.J.M. van den Berk – *Het land van Salazar. Het Portugal van heden*. Utreque: Het Spectrum, 1941, pp. 14, 19.

durante a época da Primeira República,⁵⁵ por ajudá-los a internalizar “um espírito corporativista”. Enquanto isso não tivesse sido alcançado, era óbvio, no entender de Van den Berk, que o Estado vigiava a sociedade⁵⁶. Salazar era a pessoa certa para estar à cabeça do Estado Novo, porque faltava na sua personalidade, segundo Van den Berk, “as deficiências naturais do carácter nacional português, como uma falta de perseverança; uma resignação que é quase oriental e raia por um pessimismo sombrio, procedendo de saudade; e uma certa desenvoltura espiritual, que quase impossibilita o português a conformar-se por um tempo prolongado com o mesmo regime ou aferrar-se no mesmo ideal em todas as circunstâncias”⁵⁷.

Num livro que foi tanto hagiográfico como o de Van den Berk e que foi distribuído nas livrarias católicas holandesas no início da década de 1940,⁵⁸ o belga neerlandófono Frans Vandewyngaerden escreveu mesmo que tudo o que ainda não era perfeito no Estado Novo era “a culpa do povo e da raça portuguesa”, abalada pelas “doenças sociais, tuberculose e sífilis, entre outras”, degenerada pela “mistura” com “os negros”, e sofrendo de saudade, “que é um estado de espírito de preguiça melancólica”⁵⁹. Vandewyngaerden, um membro da Sociedade de Geografia de Lisboa,⁶⁰ era da opinião de que o único remédio para eliminar esses defeitos era a criação de “um estado construído na base da doutrina cristã católica”, que Salazar conseguira⁶¹. Assim como Van den Berk, ele esteve convencido que essa criação deu uma importância à façanha nacional de Salazar que ultrapassou Portugal: o Estado Novo demonstrou que a Europa, ou mesmo o mundo, poderia resolver as suas crises só por meio de uma regeneração do cristianismo (católico)⁶². Tanto Van den Berk como Vandewyngaerden sentiram-se atraídos pelo Estado Novo, em particular por causa da firmeza com a qual Salazar agiu⁶³.

55 *Ibid.*, pp. 22, 55-58.

56 *Ibid.*, pp. 93-94.

57 *Ibid.*, p. 22.

58 C. van Gestel – Salazar en het nieuwe Portugal. *Boekengids. Algemeen Nederlandsch bibliografisch tijdschrift* 19 (1941) 306-307.

59 F. Vandewyngaerden – *Een groot modern staatsman. Salazar, zijn werk*. Zoutleeuw: Ch. Peeters, 1940, pp. 148-149.

60 Na revista da Sociedade, foi publicada uma resenha do livro de Vandewyngaerden: J.J. Poelhekke – *Een groot modern staatsman. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 59 (1941) 461-462.

61 Vandewyngaerden – *Een groot modern staatsman*, p. 145.

62 Van den Berk – *Het land van Salazar*, pp. 14-15, 23; Vandewyngaerden – *Een groot modern staatsman*, pp. 150-151.

63 Van den Berk – *Het land van Salazar*, p. 75; Vandewyngaerden – *Een groot modern staatsman*, p. 144. Van den Berk enfatizou isso na revista da *Nationaal Front* (Frente Nacional), um pequeno partido fascista holandês, cujos partidários eram maioritariamente católicos. L.J.M. van den Berk – *De wedergeboorte der Portugeesche natie*. In *Nederlandsch Dagblad. Orgaan van het Nationaal Front*, 14 de fevereiro de 1941, segunda folha, p. 3.

4. O Estado Novo e o protestantismo holandês

Assim como nos círculos católicos, uma discussão de ideias que poderiam ser etiquetadas como ‘corporativistas’ começou nos círculos protestantes holandeses em meados do século XIX. Quem a iniciou foi o parlamentar Guillaume Groen van Prinsterer (1801-1876), em cuja visão calvinista ortodoxa de Estado todos os partidos políticos protestantes fundados na Holanda desde o fim do século XIX se inspiraram⁶⁴. Julgando que o individualismo impulsionado pelo liberalismo e pelo capitalismo tinha resultado numa sociedade ‘atomizada’, em que a coesão orgânica entre os cidadãos estava ausente, Groen era a favor de um restabelecimento das guildas⁶⁵. Perto do fim do século XIX, o seu discípulo Abraham Kuyper, fundador do Partido Antirrevolucionário em 1879 e das Igrejas Neocalvinistas em 1892, desenvolveu uma elaboração mais profunda de uma organização da vida económica e política segundo linhas corporativistas. Assim como o papa Leão XIII (1810-1903), em cujo pontificado foi promulgada a encíclica *Rerum Novarum* em 1891, Kuyper propô-la em resposta à ascensão do socialismo e à sua aspiração pela luta de classes. Para restabelecer a harmonia de classes, ele pressionou pela instituição de *Kamers van Arbeid* (Câmaras de Trabalho), organismos de direito público que poderiam capacitar os assalariados num setor profissional para chegarem a um acordo com os seus empregadores sem intervenção do Governo⁶⁶. Ao mesmo tempo, Kuyper queria que o povo holandês fosse representado na política de uma maneira ‘orgânica’. Por isso, o que era preciso idealmente era uma modificação do sistema bicamaral holandês. Kuyper considerava a *Tweede Kamer* (Assembleia Nacional) como a arena em que todas as ideologias adotadas pelo povo holandês deviam manifestar-se. Os deputados à Assembleia deviam ser eleitos não por meio de sufrágio limitado (em vigor na Holanda até 1917) nem por meio de sufrágio universal, mas pelos chefes de família. Aos olhos de Kuyper, cada família era um ‘organismo’, ou uma ‘unidade espiritual’, cujos membros partilhavam a mesma ideologia. A *Eerste Kamer* (Senado) devia ser substituída por uma Câmara Corporativa, em que deviam estar representados todos os grupos de interesse profissionais e culturais existentes na nação holandesa⁶⁷.

64 Tom-Eric Krijger – Een veldheer met vele legers. De partijpolitieke erfenis van Guillaume Groen van Prinsterer. *Trajecta. Religie, cultuur en samenleving in de Nederlanden* 24 (2015) 85-120.

65 Nico Slokker – *Ruggengraat van de stedelijke samenleving. De betekenis van gilden in Utrecht, 1528-1818*. Amsterdam: Aksant, 2010, p. 13.

66 Paul E. Werkman – “Laat uw doel hervorming zijn!”. *Facetten van de geschiedenis van het Christelijk Nationaal Vakverbond in Nederland (1909-1959)*. Hilversum: Verloren, 2007, pp. 34-35.

67 Tom-Eric Krijger – Politieke volksinvloed en christendemocratie. Een historische verkenning naar aanleiding van de Oekraïne-sleepwetreferenda (2016-2018). *Res Publica. Politiek-wetenschappelijk tijdschrift van de Lage Landen*. 60.2 (2018) 85-104; 90-91.

Todavia, o corporativismo começou a ser discutido com mais intensidade nos círculos protestantes holandeses apenas no contexto do tempo caótico na década de 1930 e da ocupação nazi na Holanda na primeira parte da década de 1940. Foi o pastor reformado Frederik Johan Krop (1875-1945) que se revelou um dos maiores admiradores de Salazar. Krop, que simpatizava com a Associação Confessional dentro da Igreja Reformada Holandesa assim como com o Partido Político Reformado (Calvinista), foi bem conhecido entre os seus compatriotas holandeses pelo seu trabalho jornalístico contra o poder do catolicismo romano, o bolchevismo e o nacional-socialismo⁶⁸. Num panfleto publicado em 1939, acentuou que Salazar tinha esconjurado exatamente esses três perigos. Admitindo que a Igreja Católica Romana tinha sido privilegiada no Estado Novo, Krop acreditava que a sede de poder dessa Igreja fosse refreada pela liberdade de religião. Por isso, acreditava que os protestantes em Portugal encontrassem-se numa posição melhor que nos outros países ditatoriais ou dominados pelo catolicismo⁶⁹. Krop observou com apreço que, em vez do protestantismo, o comunismo era “o inimigo número um” do Estado Novo⁷⁰. A propósito, por causa da sua própria luta contra o comunismo soviético, ele foi mesmo nomeado membro estrangeiro da Sociedade de Geografia de Lisboa em 1940⁷¹. Finalmente, Krop elogiou Salazar pela sua recusa da ideia fascista de que a sociedade devia estar submetida ao Estado. Não ocultou que o parlamento em Portugal estava quase “demitido”, mas, aos seus olhos, isso capacitava o chefe de Estado para instalar as pessoas mais competentes e patrióticas nos cargos de ministro e no Governo português, para fazer sentir o seu poder executivo e legislativo sem estes estarem dependentes de uma maioria eleitoral variável nem estarem entregues à mercê de partidos políticos. Além disso, Krop compreendeu o desprezo de Salazar pelo parlamentarismo, tendo consciência da instabilidade política na Primeira República⁷².

Ainda mais que Krop, Gerard van Walsum (1900-1980), um membro proeminente da União Histórica Cristã e um dos chefes de redação do jornal *De Nederlander* (*O Holandês*), que era considerado como o porta-voz dessa união, desenvolveu um interesse pelo corporativismo em geral e no corporativismo salazarista em particular⁷³. Num artigo publicado em 1941 na revista *Woord en Wereld* (*Palavra e*

68 J.H. Scheeps – Dr. J.F. Krop als sociaal werker. In “Als ziende den Onzienlijke”. In memoriam dr. Frederik Johan Krop, 1875-1945. Roterdão: Landelijk werkcmité dr. O. Schabert, 1946, pp. 94-101.

69 F.J. Krop – Portugal onder Salazar. *Of het herstel van een klein en dapper volk*. Roterdão: Stemerding en co., [1939], pp. 22-26. A.C. Groeneveldt (1884-1967), um membro estrangeiro da Sociedade de Geografia de Lisboa que escreveu o prefácio do panfleto de Krop, teve a mesma opinião. A.C. Groeneveldt – Inleidend woord. In *Ibid.*, pp. 3-4.

70 Krop – Portugal onder Salazar, p. 26.

71 Dr. F.J. Krop. In *De Standaard*, 8 de março de 1940, p. 4.

72 Krop – Portugal onder Salazar, pp. 15, 17-22.

73 Publicou sobre o corporativismo em: G.E. van Walsum – De geestelijke achtergrond van fascisme en nationaal-socialisme. In *Op weg naar een nieuwe maatschappij*. S. Rozemond et al. Roterdão: J.M. Bredée, [1934], pp. 41-82, pp. 77-81; G.E. van

Mundo) a propósito da publicação da tese de doutoramento de Brongersma, Van Walsum caracterizou o Estado Novo como “uma tentativa de pôr as coisas em ordem de uma maneira acomodada ao carácter popular e fundamentada num sentido comunitário”⁷⁴. Portugal ofereceu “uma experiência interessante”⁷⁵ – particularmente aos holandeses, porque era uma nação pequena, de navegadores e colonizadora com uma grande história, assim como a Holanda⁷⁶. No entanto, Van Walsum enfatizou que a Holanda não devia imitar irrefletidamente o exemplo de Portugal. Achou a Câmara Corporativa um órgão supérfluo, porque cada corporação também poderia aconselhar diretamente o Governo, bem como um órgão impróprio para ser transformado em última instância de um corpo consultivo num corpo legislativo, porque o interesse público era mais que a adição de interesses de todas as corporações individuais. O que ele gostou no Estado Novo foi a organização corporativista da sociedade portuguesa como tal e a efetivação dessa organização por parte do Governo. Na sua opinião, a Holanda tinha necessidade de uma tal organização, para desembaraçar o Governo de algumas responsabilidades para as quais a própria sociedade podia ser responsável, e para permitir que “a estratificação natural da sociedade se manifestasse novamente” e “o indivíduo [...] pudesse sentir-se incorporado de novo num conjunto orgânico”⁷⁷.

Em seguida, Van Walsum considerava a Assembleia Nacional “um órgão curioso”: tinha competências legislativas muito limitadas e era eleita de uma maneira em que um único partido recebia todos os assentos parlamentares, no qual minorias com opiniões políticas dissidentes não estavam representadas⁷⁸. Não obstante, Van Walsum tinha a opinião de que a organização do Estado Novo dimanava objeções justificadas contra o parlamentarismo, sendo aplicável também no contexto holandês. A representação proporcional em vigor na Holanda resultava numa luta de partidos encarniçada e em fragmentação parlamentar extrema, em detrimento da unidade do povo holandês. Por isso, Van Walsum propôs um sistema eleitoral que favorecesse – assim como em Portugal, acreditava ele – as capacidades políticas de indivíduos em vez de a força numérica de partidos políticos⁷⁹. O Estado Novo não era perfeito, mas ainda estava numa fase de construção. Nas palavras de Van Walsum, Salazar governava, na realidade, o seu país ditatorialmente, ainda que ele não quisesse ser ditador. Além disso, rejeitando o Estado totalitário, o Presidente do

Walsum, *De corporatieve gedachte. Achtergrond, wezen en uitwerking*. Haia: Bureau Chr.-Hist. Unie, [1934].

74 G.E. van Walsum – Het nieuwe Portugal [extrato de *Woord en Wereld* 3.1 (1941) 106-126], p. 2.

75 *Ibid.*, p. 21.

76 *Ibid.*, p. 2.

77 *Ibid.*, pp. 8-9.

78 *Ibid.*, pp. 10-12.

79 *Ibid.*, pp. 14-17.

Conselho português tinha dito que o seu poder ditatorial fora nada mais do que um “fenómeno efêmero”⁸⁰.

Em 1931, dois anos antes de ser nomeado para a redação do jornal *O Holandês*, Van Walsum tinha escrito um artigo nesse jornal em que ele epolemizou com Bonifacius Christiaan de Savornin Lohman (1883-1946), o então presidente do grupo senatorial da União Histórica Cristã. De Savornin Lohman achava que a crise em que se encontrava a democracia poderia ser resolvida apenas por uma intensificação da autoridade do Estado, defendendo que o Governo tinha o direito “de fazer prevalecer as suas próprias opiniões, se for preciso, mesmo contra a vontade da maioria do povo”⁸¹. Van Walsum contradisse-o ao achar que era “um postulado do amor cristão” que o povo não devia ser privado de influência na política⁸². Paradoxalmente, De Savornin Lohman desenvolveu um interesse pelo Estado Novo ao mesmo tempo que Van Walsum: Lohman ia construindo um dossier de recortes de jornais sobre Salazar por volta de 1940⁸³. Obviamente, o seu interesse pelo corporativismo salazarista devia ser despertado por um outro motivo que o de Van Walsum: De Savornin Lohman admirava Salazar por ele ser um líder autoritário, embora Van Walsum apreciasse o Presidente do Conselho português por ele não querer continuar a ser um tal líder.

A polémica entre Van Walsum e De Savornin Lohman tinha causado tanta perturbação nas bases da União Histórica Cristã que Reinhardt Snoeck Henkemans (1862-1945), o então redator-chefe do jornal *O Holandês* e futuro presidente de grupo parlamentar da União Histórica Cristã, foi obrigado a despedir-se da redação⁸⁴. Curiosamente, fez o mesmo que Van Walsum e De Savornin Lohman, por se deslumbrar com o Estado Novo. Numa brochura publicada em 1941, Snoeck Henkemans louvou Salazar por ter construído um sistema parlamentar em que se conservasse a contribuição política do povo, mas faltara a luta de partidos políticos que paralisasse a política na Holanda. Observando que só um único partido podia estar representado na Assembleia Nacional, ele insistiu que isso não queria dizer que não houvesse “divergências de opiniões” dentro desse partido, a União Nacional⁸⁵. Mas, não teve só louvores; achou não recomendável a norma pela qual a Assembleia Nacional se reunia apenas três meses por ano e que a capacidade legislativa estivesse exclusivamente nos mãos do Governo durante os outros nove meses. Não obstante,

80 *Ibid.*, pp. 2-3.

81 B.C. de Savornin Lohman – *Het eigen recht der overheid. Rede uitgesproken bij de viering van den 295^{sten} jaardag van de Rijks-Universiteit te Utrecht op 26 maart 1931*. Zwolle: W.E.J. Tjeenk Willink, 1931, p. 7.

82 G.E. van Walsum – *Het eigen recht der overheid*. In *De Nederlander*, 15 de abril de 1931, p. 1.

83 NL-HaNA (Arquivo Nacional Holandês, Haia) / 2.21.149, B.C. de Savornin Lohman, n.º 196.

84 Jan Wieten – *Dagblad en Doorbraak. “De Nederlander” en “De Nieuwe Nederlander”*. Kampen: Kok, 1986, pp. 80-84.

85 J.R. Snoeck Henkemans – *Een man en een stelsel. Antonio de Oliveira Salazar en de Portugeesche grondwet van 1933*. Haia: Blommendaal, 1941, pp. 27-28.

viu que, até então, o Governo não tinha cometido abuso da sua autoridade, o que Snoeck Henkemans atribuiu à personalidade de Salazar⁸⁶. Por causa da sua condição modesta, o Presidente do Conselho português revelou-se uma pessoa íntegra, piedosa e economizadora, juntando “os atos à palavra, que é uma característica de governante cristão e amigo consciencioso do povo”⁸⁷. Repetindo Brongersma, Snoeck Henkemans escreveu que Salazar pôs ao serviço do país real o país legal e, ao contrário do corporativismo fascista italiano, não considerava as corporações como peças de extensão do Estado⁸⁸. Snoeck Henkemans cumprimentou Salazar por exercer a sua incumbência divina de “elear Portugal” tomando em consideração “princípios e regras que podem servir de exemplo aos outros povos”⁸⁹. Aludindo a uma organização corporativista da Holanda após a ocupação nazi, concluiu que o povo holandês poderia adotar esses princípios e regras “em tempos mais tranquilos, com mais liberdade de ação da que existe atualmente”⁹⁰.

Seria errado supor que o Estado Novo teve só boa imprensa nos círculos do jornal *O Holandês*, como demonstram dois artigos anónimos publicados nesse jornal na primeira parte de 1941. Na opinião do autor do primeiro artigo, Salazar tinha efetuado reformas que mereciam ser estudadas pelos holandeses, “agora que as circunstâncias impõem-nos uma dependência [da Alemanha nacional-socialista], acompanhada de uma nova direção da nossa vida económica”. Contudo, “seria insincero esconder que a inspiração católica romana da maior parte dos ideais [de Salazar] parece-nos, holandeses protestantes, um pouco estranha”⁹¹. Ainda mais, como o segundo autor anónimo acrescentou, não foi uma coincidência que a ideia corporativista florescesse nos círculos católicos em particular. Os católicos acreditavam mais do que os protestantes nas capacidades humanas de realizar uma sociedade perfeitamente de acordo com uma teoria abstrata sem ter em conta a realidade social. Em vez de ser imposta pelo Governo, como em Portugal, uma organização corporativista de economia devia desenvolver-se na própria sociedade para esta se tornar produtiva e estável⁹². Pela mesma razão, foi publicado em 23 de dezembro de 1940 no jornal *O Padrão*, ligado ao Partido Antirrevolucionário, um artigo cujo autor, provavelmente o antigo primeiro-ministro holandês Hendrikus Colijn,⁹³ disse que não acreditava “na existência de um Estado [corporativista]”⁹⁴.

86 *Ibid.*, p. 26.

87 *Ibid.*, pp. 6-7.

88 *Ibid.*, p. 30.

89 *Ibid.*, p. 6.

90 *Ibid.*, p. 25.

91 Eigen en toch vreemd. In *De Nederlander*, 1 de fevereiro de 1941, p. 1.

92 Herlevend natuurbesef. In *Ibid.*, 29 de maio de 1941, p. 1.

93 É provável, porque Colijn foi editor-chefe do *Padrão* nessa altura, e, como indicado abaixo, era categoricamente contrário ao corporativismo.

94 Een voortreffelijk boek. In *De Standaard*, 23 de dezembro de 1940, p. 1.

Para apoiar a sua convicção, *O Padrão* incluiu no dia seguinte um artigo acentuando que a Assembleia Nacional prescindia de influência e de uma oposição interna⁹⁵.

5. Interpretação conclusiva

Examinando o interesse pelo Estado Novo nos círculos dos partidos políticos cristãos holandeses, saltam à vista algumas particularidades. A primeira delas é que este interesse surgiu apenas uns anos após a promulgação da constituição salazarista portuguesa de 1933, especialmente nos dois primeiros anos da ocupação nazi da Holanda, 1940 e 1941. O sentimento que a democracia e a economia liberal já não valiam nada estava latente na Holanda já durante a época de crise dos anos 1930 e aumentou por causa desta ocupação⁹⁶. Que a ordem existente até então tinha soçobrado, foi acentuado pela substituição das associações ‘pilarizadas’ da sociedade civil por associações únicas, numa tentativa dos ocupantes alemães de ‘nazificar’ a vida cotidiana holandesa⁹⁷. Foi neste contexto que certos intelectuais holandeses refletiram sobre uma nova ordem civil, fosse em colaboração com os ocupantes alemães, ou depois da ocupação nazi, em que a influência do povo na política conservar-se-ia, mas sem os defeitos do parlamentarismo representativo⁹⁸. Isso responde em parte às duas perguntas feitas na introdução deste artigo.

Como dito anteriormente, um daqueles intelectuais holandeses, Brongersma, acreditou que a sua tese de doutoramento ‘encaminhasse’ para uma reconstrução da ordem civil holandesa em adaptação às novas circunstâncias da época, sendo a dominância da Alemanha nazista na Europa. A sua tese foi, de facto, considerada como um ‘guia renovador’ entre os membros dos quadros superiores da *Nederlandse Unie* (União Holandesa),⁹⁹ um movimento criado em julho de 1940 para realizar tal reconstrução¹⁰⁰. Brongersma e os líderes da União Holandesa esforçaram-se por uma ‘terceira via’ entre a democracia liberal e o totalitarismo nazi, achando que o Estado Novo podia servir de modelo a este respeito. Os ocupantes alemães, porém, deram a perceber que a sua ocupação da Holanda não era para ser temporária e que eles não queriam saber nada de uma tal terceira via. Por consequência, dissolveram a União Holandesa em 1941 e impediram Brongersma de continuar a sua

95 “Een doodgevone professor”. In *Ibid.*, 24 de dezembro de 1940, p. 3.

96 J.C.H. Blom – *Crisis, bezetting en herstel. Tien studies over Nederland 1930-1950*. Roterdão: Nijgh & Van Ditmar, 1989, pp. 1-27.

97 *Ibid.*, pp. 75-76.

98 Rolf Schuurmsa – *Vergeefs onzijdig. Nederlands neutraliteit 1919-1940*. Utreque: Matrijs, pp. 77-79.

99 Bank – *Commentaar*, p. 232; J. Bosmans – *Staatkundige vormgeving in Nederland*, vol. 2, *De tijd na 1940*. 12ª edição. Assen: Van Gorcum, 1999, p. 7.

100 Wichert ten Have – *De Nederlandse Unie. Aanpassing, vernieuwing en confrontatie in bezettingstijd, 1940-1941*. Amesterdão: Prometheus, 1999, pp. 222-228.

popularização do Estado Novo¹⁰¹. Em geral, a partir de 1942, publicações holandesas sobre o corporativismo salazarista tornaram-se raras.

Uma segunda particularidade é que se manifestou interesse pelo Estado Novo tanto à esquerda como à direita do espectro político cristão neerlandófono. À direita, por exemplo, aos olhos de Van den Berk, Vandewyngaerden e De Savornin Lohman, a exemplaridade do Estado Novo estava na autoridade e mão de ferro com a qual Salazar conseguira manter a ordem civil e política numa época instável. Isso aplica-se também a Krop, que, não obstante, era um progressista em termos socioeconómicos¹⁰²; Krop acentuou que graças ao seu grande poder, Salazar reprimira a Igreja Católica Romana, o comunismo e o fascismo. À esquerda, o corporativismo salazarista exerceu uma certa atração por dar um exemplo de um Estado caracterizado pela unidade nacional e organizado pela influência política do povo de uma maneira ‘orgânica’.

Relacionado com isto, é de notar que o maior popularizador do corporativismo salazarista nos círculos católicos holandeses, Brongersma, revelara-se um progressista na política,¹⁰³ e que o interesse pelo Estado Novo entre protestantes holandeses manifestou-se em particular no círculo do jornal *O Hollandês*, cujos redatores(-chefes) Van Walsum e Snoeck Henkemans eram conhecidos na União Histórica Cristã como progressistas igualmente¹⁰⁴. O progressismo de Brongersma, Van Walsum e Snoeck Henkemans expressou-se numa aversão pela organização ‘pilarizada’ – quer dizer na base de diferenças ideológicas e religiosas – da sociedade holandesa, que, no seu entender, minara a unidade nacional e obstruía a estratificação ‘orgânica’ nessa sociedade. Por isso, os dois primeiros simpatizaram com a União Holandesa, que não queria voltar à ‘pilarização’ do período anterior à guerra,¹⁰⁵ e associaram-se após a Segunda Guerra Mundial com outros progressistas católicos e protestantes ao movimento ‘antipilarizado’ de *Doorbraak* (Viragem), que confluíu em 1946 com o antigo *Sociaal-Democratische Arbeiderspartij* (Partido Operário Social-Democrata) e uns partidos mais pequenos no novo *Partij van de Arbeid* (Partido do Trabalho)¹⁰⁶.

Se bem que este último partido fosse veementemente contra a ‘pilarização’, e que uma remodelação sociopolítica da Holanda nas linhas corporativistas tivesse

101 *Ibid.*, p. 482; De Bruin – Projector or Projection Screen?, p. 93.

102 Scheps – Dr. J.F. Krop als sociaal werker, pp. 94-101.

103 Jan Romein – *De Geschiedschrijver des rijks en andere socialisten*. Nimega: SUN, 1979, p. 131; Ten Have – *De Nederlandse Unie*, p. 57.

104 Cor Groenewold – *Christelijk en sociaal. Biografie van J.R. Slotemaker de Bruine*. Hilversum: Verloren, 2007, p. 70.

105 De Bruin – Projector or Projection Screen?, p. 95; Rutger Simon Zwart – “*Gods wil in Nederland*”. *Christelijke ideologieën en de vorming van het CDA (1880-1980)*. Kampen: Kok, 1996, pp. 178-181.

106 Marcel Broersma – De hand van Romme. C.P.M. Romme als staatkundig hoofdredacteur van “de Volkskrant” (1945-1952). *Bijdragen en mededelingen betreffende de geschiedenis der Nederlanden*. 115.4 (2000) 561-584, p. 575; Koole – *Politieke partijen in Nederland*, p. 122.

sido divulgada nos círculos católicos até pouco tempo antes, o governo que geriu a Holanda entre 1945 e 1958, do Partido do Trabalho e do *Katholieke Volkspartij* (Partido Popular Católico), o sucessor do Partido Político Católico Romano, acolheu entusiasticamente uma versão ‘reduzida’ do corporativismo só com respeito à vida económica. Este ‘neocorporativismo’, implementado no fim dos anos 1940 para evitar o regresso de uma desorganização da economia tão grave como a dos anos 1930 e que permaneceu em vigor até 2014, tomou forma num sistema de regulação em que representantes dos empregadores e assalariados nos vários sectores agrícolas e industriais tinham o direito de estipular, sob a vigilância e com a participação do Governo, regulamentos vinculativos nos seus próprios sectores¹⁰⁷.

Pelo contrário, uma reorganização do *Estado* e da *sociedade* holandesa numa base corporativista caíra quase completamente no descrédito após 1945¹⁰⁸. Por causa da ocupação da Holanda por um regime totalitário, a democracia representativa tornou-se incontestada nos grandes partidos populares, incluído os partidos católico, antirrevolucionário e histórico-cristão. O autoritarismo de um líder como Salazar, defendido à direita nos partidos políticos cristãos antes e no início da Segunda Guerra Mundial, caíra depois em desgraça¹⁰⁹.

Antes da guerra, o corporativismo tinha sido discutido na comunidade católica holandesa não só em resposta à crise económica e política supramencionada, mas também por causa da realização da emancipação católica, culminada no primeiro lugar que a Igreja Católica Romana tomou entre as denominações cristãs no censo holandês de 1930. Isso entusiasmou alguns escritores a refletir sobre um novo ideal em torno do qual poderia unir-se a comunidade católica holandesa. Agora que esta estava totalmente integrada na vida social, económica e cultural, queriam dar um passo adiante: em vez de se contentar com o seu próprio ‘pilar’ equivalente às comunidades holandesas não-católicas, os católicos deviam ter como o seu objetivo final uma sociedade plenamente organizada em conformidade com princípios católicos¹¹⁰. A crise dos anos 1930, abalando a democracia liberal e fomentando a simpatia com o bolchevismo e o fascismo, conferiu uma atualidade adicional à aspiração deste objetivo. Os escritores que defendiam isto queriam, portanto, ‘catolicizar’ a sociedade inteira, que era, no seu entender, como eles acentuaram nas suas

107 Explicado em: W. Albeda, M.D. ten Hove – *Neocorporatisme. Evolutie van een gedachte, verandering van een patroon*. Kampen: Kok, 1986.

108 Ton Duffhues, Albert Felling, Jan Roes – *Bewegende patronen. Een analyse van het landelijk netwerk van katholieke organisaties en bestuurders, 1945-1980*. Nimega / Baarn: KDC / Ambo, 1985, p. 31.

109 Wim de Jong – *Van wie is de burger?. Omstreden democratie in Nederland, 1945-1985*. Nimega, 2014 (tese de doutoramento apresentada à Universidade Católica de Nimega), p. 17.

110 Servé Vaessen – *Democratie-kritiek in de RKSP. Staatkundige beginselen, corporatieve denkbeelden en het streven naar hervorming van het Nederlandse staatsbestel, 1931-1940. Archief voor de geschiedenis van de Katholieke Kerk in Nederland*. 30 (1988) 86-111, pp. 107-109.

publicações analisadas acima, exactamente o que Salazar estava a fazer. Na sua reflexão sobre uma reorganização corporativista da Holanda, eles ocuparam-se não com o que era realizável na sociedade existente, mas com a sociedade *impecável* da perspectiva católica¹¹¹. O Estado Novo do ex-seminarista Salazar, inspirado pela ética social católica das encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, deu um exemplo aparentemente próspero de uma tal sociedade¹¹². Com referência à primeira pergunta feita na introdução deste artigo, foi por isso que católicos holandeses como Brongersma chamaram a atenção para o corporativismo salazarista.

O interesse pelo Estado Novo foi, portanto, considerável nos círculos católicos holandeses. No entanto, poucos nestes círculos achavam que uma sociedade parecida com o Estado Novo devia ser perseguida, e ainda menos podia efetivamente ser realizada na Holanda. Faltava a convicção de que os princípios corporativistas fossem aplicáveis neste país. Carl Romme, por exemplo, nunca conseguiu persuadir a maioria no seu partido a optar pelos anteprojetos de uma reorganização política e social num fundamento corporativista que ele elaborou durante as décadas de 1930 e 1940¹¹³. Com efeito, apesar de ser a maior denominação cristã na Holanda desde 1930, os católicos continuaram a ser uma minoria. Por essa razão, a sua posição não era comparável àquela dos seus correligionários em Portugal, que constituíam, oficialmente, mais de 95% da população até a dissolução do Estado Novo em 1974¹¹⁴. Além disso, faltava a necessidade de reorganizar a política e a sociedade civil holandesa a exemplo de Portugal. Uma representação ‘corporativista’, embora limitada à comunidade católica, já tinha sido realizada dentro do Partido Político Católico Romano: as listas eleitorais deste partido continham representantes de todas as associações em que o ‘pilar’ católico se constituiu¹¹⁵. A emancipação da comunidade católica foi completada por volta de 1930, mas os bispos enfatizaram que as associações por meio das quais esta emancipação era conseguida, não se tinham tornado supérfluas de repente: elas eram necessárias para protegerem a comunidade católica contra desintegração e ‘intoxicação’ com opiniões anticlericais. Após a ocupação nazi, o ‘pilar’ católico foi consequentemente restabelecido¹¹⁶.

111 *Ibid.*, p. 89; T.A.M. Saleminck – Debat over het corporatisme in RKSP en KVP, 1932-1960. In *Christelijke politiek en democratie*. Dir. H.J. van de Streek; H.M.Th.D. ten Napel; R.S. Zwart. Haia: SDU, 1995, pp. 157-185, p. 164.

112 Enfatizado por Brongersma em: Edward Brongersma – De juridische constructie der corporaties in onze rechtsorde. In *Praeadviezen over de juridische constructie der corporaties in onze rechtsorde*. Edward Brongersma; H.L.M. Kramer. Haia: Ten Hagen, 1941, pp. 3-77, pp. 40, 76.

113 Saleminck – Debat over het corporatisme in RKSP en KVP, pp. 169-170, 179; Paul Luyckx – The Netherlands. In *Political Catholicism in Europe*. Dir. Tom Buchanan; Martin Conway. Oxford: Oxford University Press, 1996, pp. 219-247, p. 232.

114 Eduardo Duque – *Mudanças culturais, mudanças religiosas. Perfis e tendências da religiosidade em Portugal numa perspectiva comparada*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2014, p. 12.

115 Han van der Horst – *De mooiste jaren van Nederland, 1950-2000*. Amesterdão: Prometheus-Bert Bakker, 2013, p. 141.

116 Duffhues, Felling, Roes – *Bewegende patronen*, p. 29.

Para católicos ‘progressistas’ como Brongersma e Romme, a divulgação do corporativismo também foi uma maneira de se perfilarem contra a política socioeconómica do primeiro-ministro antirrevolucionário Hendrikus Colijn, que queria resolver a crise económica dos anos 1930 por meio de cortes drásticos nos gastos do Governo. A maioria no Partido Político Católico Romano, porém, não estava de acordo com eles¹¹⁷. Porque esta maioria não quis cooperar com os social-democratas, recusando a política deles por uma questão de princípio assim como considerações eleitorais, o Partido Político Católico Romano, de longe o maior partido político holandês, podia formar um governo maioritário apenas com a União Histórica Cristã e o Partido Antirrevolucionário¹¹⁸. Colijn, o líder do último partido, considerou “demasiado pretensiosas” as ideias corporativistas que foram defendidas por uns ‘fazedores de opinião’ católicos, levantando grandes objeções contra “uma intervenção muito forte do Governo na vida social e económica”, sem a qual essas ideias não podiam realizar-se¹¹⁹.

Por isso, não é de estranhar que um editorial reprobatório do corporativismo salazarista foi publicado no jornal antirrevolucionário *O Padrão* em 1940¹²⁰. Os neocalvinistas que dominavam o Partido Antirrevolucionário deixaram prevalecer os princípios partilhados por uma comunidade religiosa aos interesses partilhados por um grupo profissional. Pessoas com os mesmos interesses materiais podiam unir-se numa associação, mas só se eles aderissem à mesma filosofia de vida. Os neocalvinistas puseram isso em prática por estabelecerem as suas próprias associações na vida económica, social e intelectual tanto antes como depois da Segunda Guerra Mundial¹²¹. Todas estas associações estavam representadas dentro do Partido

117 Vaessen – Democratie-kritiek in de RKSP, p. 106.

118 Marcel Hoogenboom – De democratische paradox van de RKSP. De “leer van de uiterste noodzaak” als uiting van de groeiende eensgezindheid tussen katholieken en sociaal-democraten in het interbellum. *Bijdragen en mededelingen betreffende de geschiedenis der Nederlanden* 120:4 (2005) 521-545, p. 527. Apesar de ser o maior partido no período entreguerras, o Partido Político Católico Romano nem sempre indicou o primeiro-ministro – os partidos protestantes, cujo apoio o Partido dependia para formar um governo, não o permitiram. Foi por isso que o antirrevolucionário Colijn ocupou o posto de primeiro-ministro nos anos 1925-1926 e 1933-1939.

119 J. de Bruijn – Partij of beginsel?. De antirevolutionaire en christelijk-historische richting in de Nederlandse politiek. In *Een land nog niet in kaart gebracht*. Dir. De Bruijn, pp. 26-69, pp. 60-61.

120 Foram publicadas reflexões antirrevolucionárias sobre o corporativismo (não especificamente na sua forma salazarista) na década de 1930, mas elas não resultaram em argumentações a favor de uma reorganização corporativista da Holanda – muito pelo contrário. J.P. Stoop – “Om het volvoeren van een christelijke staatkunde”. *De Anti-Revolutionaire Partij in het Interbellum*. Hilversum: Verloren, 2001, pp. 129-149.

121 No pensamento neocalvinista, a Criação consta de várias ‘esferas’, que têm as suas próprias incumbências e estruturas. Todas essas ‘esferas’, por exemplo o Estado, a Igreja, a escola, a economia, a agricultura e a ciência, são criadas por Deus e, por isso, subordinadas só à Sua soberania. Quer dizer que as outras ‘esferas’ não são subordinadas ao Estado, nem à Igreja. Abraham Kuyper, o fundador do neocalvinismo, foi de opinião de que a soberania de Deus foi crescentemente minada. No entender de Kuyper, existe uma ‘antítese’ entre as pessoas que querem respeitar essa soberania e as pessoas que não querem. O primeiro grupo de pessoas têm que se unir separadamente em todas as esferas, esforçando-se assim por restabelecerem a soberania de Deus na sociedade, na política e na cultura holandesa. Esse foi o fundamento teológico do ‘pilar’ neocalvinista.

Antirrevolucionário, que, por essa razão, bem como o Partido Político Católico Romano, funcionou de facto como um órgão ‘corporativista’. Apesar de ser propagadas por Groen van Prinsterer e Kuiper, as ideias corporativistas, portanto, nunca se gravaram no pensamento antirrevolucionário – ainda mais, porque as Câmaras de Trabalho que foram criadas na Holanda em 1898, por proposta de Kuiper (!), falharam o seu alvo e foram consequentemente dissolvidas em 1923¹²². Colijn, o sucessor de Kuiper como líder antirrevolucionário, de certo modo apresentou-se na década de 1930 como o ‘Salazar’ da Holanda: um político enérgico, que conjuraria todas as crises¹²³. À vista disto, não houve urgência nenhuma para aspirarem à mesma reforma política que Salazar tinha efetuado em Portugal entre os holandeses que se sentiram atraídos pelo Estado Novo por causa da resolução do seu Presidente do Conselho, fossem eles antirrevolucionários ou membros de outros partidos¹²⁴.

Um destes era De Savornin Lohman. Com referência à palestra de 1931, em que ele tinha preconizado uma intensificação da autoridade do Estado, esta figura proeminente na União Histórica Cristã queria dotar Colijn de um poder decisivo, transformando-o quase num autocrata¹²⁵. No entanto, se bem que os membros da União Histórica Cristã atribuíssem grande importância à autoridade estatal, a maioria deles recusaram um Governo que poderia intervir profundamente na sociedade a gosto¹²⁶. Pela mesma razão, o entusiasmo pelo Estado Novo de Snoeck Henkemans e Van Walsum, cujas ideias sobre uma reorganização da Holanda “na prática não se afastaram tanto da vista corporativista católica”,¹²⁷ ficou marginal entre os reformados éticos e confessionais que constituíram a base eleitoral da União Histórica Cristã e do Partido Político Reformado (Calvinista). Eles mostraram-se unânimes com o autor anónimo do artigo no jornal *O Hollandês* em que uma reorganização social num fundamento corporativista da parte do Estado, como em Portugal, foi contrastada com o pessimismo protestante acerca da ‘maleabilidade’ de sociedade. Sem embargo da colaboração governamental da União Histórica Cristã com o Partido Político Católico Romano, houve sentimentos anticatólicos bastante fortes entre os simpatizantes da União,¹²⁸ aos quais aludiu um outro autor

122 Adriejan van Veen – De Kamers van Arbeid. Experimenten met politieke vertegenwoordiging in Nederland rond 1900. *Bijdragen en mededelingen betreffende de geschiedenis der Nederlanden*. 128:2 (2013) 31-61, p. 59.

123 Henk te Velde – *Stijlen van leiderschap. Persoon en politiek van Thorbecke tot Den Uyl*. 2.ª ed. Amesterdão: Wereldbibliotheek, 2002, pp. 105-152.

124 Até a rainha Guilhermina (1880-1962) achou que Colijn foi o político mais qualificado para ajudar o povo holandês a ultrapassar a crise dos anos 1930. Herman Langeveld – *Hendrikus Colijn, 1869-1944*, vol. 2, 1933-1944: *Schipper naast God*. Amesterdão: Balans, 2004, pp. 12, 23, 73.

125 Zwart – “*Gods wil in Nederland*”, p. 177.

126 Henk van Osch – *Jonkheer D.J. de Geer. De teloorgang van een minister-president*. Amesterdão: Boom, 2007, pp. 206-207.

127 Schuurmsma – *Vergeefs onzijdig*, p. 79.

128 Johan van Zuthem – “*Heelen en halven*”. *Orthodox-protestantse voormannen en het ‘politiek’ antipapisme in de periode 1872-1925*. Hilversum: Verloren, 2001, pp. 168, 280-281.

no mesmo jornal por enfatizar que a inspiração católica do corporativista salazarista pareceu ‘estranha’ aos olhos protestantes. Além disso, apesar de não achar a ‘pilarização’ uma situação ideal, a maioria dos simpatizantes da União estava disposta a aceitá-la por um prazo indefinido para neutralizar uma secularização da sociedade¹²⁹. Snoeck Henkemans e Van Walsum, ao contrário, não queriam resignar-se à ‘pilarização’. Com referência à segunda pergunta feita na introdução deste artigo, o seu interesse pelo Estado Novo resultou da procura de uma alternativa concreta para a organização ‘pilarizada’ da Holanda, realizada num país (Portugal) com, no seu entender, características secundárias semelhantes àquelas da Holanda.

Este interesse, porém, foi de curta duração. Os católicos e protestantes holandeses que, no início, tinham uma opinião favorável do corporativismo salazarista, confiaram completamente na propaganda do Estado Novo,¹³⁰ acreditando que o sistema governamental de Portugal contivesse proteções contra abuso do poder. Contrastando o Estado Novo com a Itália fascista, entenderam que o Governo português se restringiu pela moralidade e não quis trazer a sociedade pela sua trela. Interpretando a ‘moderação’ do parlamentarismo na base das más experiências com a democracia durante a Primeira República portuguesa, supuseram de modo consequente que o carácter ditatorial do Governo português era apenas uma fase transitória até a expansão completa e o autofuncionamento de uma ordem civil corporativista. Foram confirmados nesta convicção pela personalidade de Salazar. Os seus simpatizantes holandeses católicos estavam impressionados com o primeiro-ministro português por causa da sua piedade e afeição à ‘Santa Madre Igreja’. Aos olhos dos seus admiradores holandeses protestantes, Salazar dava mostras de uma ética quase calvinista, caracterizando pela humildade, abnegação e retidão. Ambos os grupos estavam convencidos que Salazar fora um líder autoritário de má vontade.

Contudo, Salazar permaneceu um líder autoritário e o Estado Novo continuou a ser organizado de cima para baixo. Isto tem a ver com a distinção estabelecida no segundo parágrafo entre a grande e a pequena crise de democracia. Com as suas reformas corporativistas, Salazar oferecia uma solução da grande crise, substituindo permanentemente a democracia por um sistema governamental autoritário. Pelo contrário, na Holanda, fez-se sentir primeiramente a pequena crise; fora dos círculos fascistas, não a democracia como tal, mas as suas *imperfeições* e a sua organização *interna* (ao longo das linhas ‘pilarizadas’) estiveram em discussão¹³¹. Intensificado pelas experiências com um regime autoritário durante a Segunda Guerra Mundial, os holandeses que tinham tido interesse pelo Estado Novo anteriormente

129 D.Th. Kuiper – Het Nederlandse protestantisme in ontwikkelingsperspectief. In *Een land nog niet in kaart gebracht*. Dir. De Bruijn, pp. 1-25, p. 15; Dik Verkuil – *Een positieve grondhouding. De geschiedenis van het CDA*. Haia: SDU, 1992, p. 27.

130 De Bruin – *Projector or Projection Screen?*, pp. 93, 97.

131 De Jonge – *Crisis en critiek der democratie*, pp. 17-27.

reconheceram, após a guerra, que, a despeito das suas palavras, Salazar, na realidade, aderiu ao estatismo. Brongersma dava provas de uma certa admiração por Salazar ainda em 1955,¹³² mas pouco tempo depois, em 1961, mesmo ele distanciou-se do Estado Novo. Em Portugal, lamentou ele, “resta uma ditadura que Salazar mesmo originalmente rejeitou, uma ditadura que se tornou áspera e amarga com o correr dos anos”¹³³. Depois de 1945, não houve nenhum escritor que ainda considerasse Portugal um país cujo exemplo a Holanda devia seguir¹³⁴.

Entretanto, poucos continuaram a justificar a existência do Estado Novo no contexto português. Por exemplo, repetindo Van den Berk e Vandewyngaerden, o então embaixador holandês em Portugal, Eelco van Kleffens (1894-1983), escreveu em 1950 que um regime autoritário como o de Salazar era “claramente próprio para um povo que é perturbador em sentido político, que matou o seu Rei assim como o seu Presidente, e que violou a liberdade de imprensa”¹³⁵. Por volta do mesmo ano, publicaram-se declarações similares em alguns jornais holandeses¹³⁶. Em consequência da Guerra Colonial portuguesa, que foi crescentemente criticada na Holanda,¹³⁷ também tais opiniões emudeceram a partir dos anos 1960. No fim desta época, Joseph Luns (1911-2002), o então ministro dos Negócios Estrangeiros e o futuro secretário-geral da OTAN, foi o único homem público holandês que ainda defendeu Salazar¹³⁸. É significativo que o Partido Popular Católico, do qual Luns era membro, publicou um relatório implacável sobre o regime português em 1969¹³⁹. Cinco anos mais tarde, houve poucos países em que o desabamento do Estado Novo fosse tão celebrado como na Holanda¹⁴⁰. Nessa altura, já nada fazia lembrar o entusiasmo que o Estado Novo tinha suscitado entre alguns escritores holandeses pouco mais de três décadas antes.

132 Edward Brongersma – *Portret van Portugal*. Haarlem: Spaarnestad, 1955, pp. 113-121; Luykx – “*Daar is nog poëzie, nog kleur, nog warmte*”, p. 213.

133 Edward Brongersma – Salazar. *De Nieuwe Stem. Maandblad voor politiek en kultuur*. 16:1 (1961) 244-259, p. 259.

134 O social-democrata Willem Drees (1886-1988), que foi primeiro-ministro da Holanda entre 1948 e 1958, emitiu um juízo implacável do Estado Novo em 1945. Cf. *Op de kentering. Een sociaal-democratische visie op Nederland in de wereld na de bevrijding*. Dir. Willem Drees; H. Daalder; J.H. Gaemers. Amsterdão: Bert Bakker, 1996, pp. 110-119.

135 NL-HaNA (Arquivo Nacional Holandês, Haia) / 2.05.117, Ministerie van Buitenlandse Zaken, 1945-1954, n.º 13.463.

136 Wat is er in Portugal?. In *Leeuwarder Courant*, 22 de setembro de 1948, p. 3; Geen oppositie. In *De Tijd*, 12 de fevereiro de 1949, p. 1.

137 J.M. van den Oever – “*Geen fraaie zaak*”. *Nederlands-Portugese betrekkingen tijdens het Estado Novo-regime, 1945-1974*. Amsterdão, 2015 (tese de mestrado apresentada à Universidade de Amsterdão), pp. 54-56.

138 J.G. Kikkert – *De wereld volgens Luns*. Utrecht: Het Spectrum, 1992, pp. 34-36.

139 *Portugal. Rapport van de commissie-Portugal van de KVP*. Haia: Katholieke Volkspartij, 1969, pp. 5-20.

140 Mário Soares – *Intervenções*, vol. 4. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, p. 290; Menno Postma, René Zwaap – De vergeten revolutie. *De Groene Amsterdammer* 128.17 (2004), <https://www.groene.nl/artikel/de-vergeten-revolutie>.